

## O Conceito de Velhice em Transformação

---

*Fernanda Daniel*

### O PROBLEMA

A representação da velhice como ‘problema social’, na sociedade de hoje, constitui uma frequente imagem distópica, como uma fase da vida em que as possibilidades de uma identidade pública parecem diminuídas e que impõe, por outro lado, grandes necessidades de apoio e de recursos. Esta imagem de uma velhice deficitária não tem em atenção, porém, frequentemente, a pluralidade de vivências e de significados, em relação à forma como diferentes contextos sociais e históricos representam esta fase do ciclo de vida e que, no mundo de hoje, se encontra, de resto, em profunda transformação e marcada por uma bipolaridade entre imagens opostas. Em contraposição com as representações distópicas, na verdade, novas retóricas e novos eufemismos desenvolvem uma visão mais utópica, por assim dizer, da velhice, no quadro das políticas de alargamento do tempo da vida produtiva, como resposta ao próprio envelhecimento demográfico. Neste artigo, proponho dar conta destas (des)construções da velhice que, analiticamente, implicam a clarificação de quem é velho nas nossas sociedades, indo para além dos limites críticos da persuasão simplista, segundo a qual a velhice é um conceito fácil de operacionalizar, isto é, ‘que tem apenas uma dimensão (cronológica) e um indicador (idade)’ (Quivy e Campenhoudt 1998: 122).

## VELHICE: UMA MANIPULAÇÃO?

A minha questão de partida é abordar a construção da categoria ‘velho’, ou seja, tornar inteligível a classificação, nas nossas sociedades, acerca de quem é ‘velho’. O objectivo é equacionar estratégias de libertação dos indivíduos, relativamente aos estereótipos que lhes são atribuídos, com base na representação de idades ou velhices ancoradas, partindo do princípio de que a variável idade é ‘biológica, socialmente manipulada e manipulável’ (Bourdieu 1980: 145).

Ainda que utilizemos propriedades biológicas-fisiológicas, tais como o sexo ou a idade para descrevermos categorias, estas propriedades não se limitam a apontar a sua natureza puramente biológica. A idade em si mesma, tal como o sexo, servem de critérios de classificação dos indivíduos no espaço social (Lenoir 1998: 64). O sociólogo francês Maurice Halbwachs contesta o uso do factor idade para definir a constituição de grupos socialmente reconhecidos, na medida em que a idade não é, em última instância, um dado natural, mesmo quando utilizada para medir a evolução biológica dos indivíduos. A idade é uma ‘noção social’, resultado de determinadas práticas sociais e explicada, sobretudo, por necessidades organizativas (Áries 1985; Halbwachs 1935; Lenoir 1998).

A mesma questão está subjacente na avaliação das dinâmicas demográficas. Os demógrafos fazem uso, para essa avaliação, de um conjunto de indicadores baseados na repartição por grandes grupos etários, que remetem para a aplicação utilitária do critério da idade, porque facilita a descrição comparativa do envelhecimento, massificando os indivíduos. No entanto, como Halbwachs demonstrou, um sistema de estratificação baseado na idade é reversível através de manipulação social: utilizam-se diferentes valores da escala de medida, reflectindo tão só a composição das populações e os enredos que decorrem nos palcos histórico-geográficos. No seu artigo seminal, ‘Nupcialidade em França Depois da Guerra’, de 1935, Halbwachs afirma que o critério ‘idade’ é sobretudo utilizado em função da composição numérica das gerações, afirmando que, em consequência da Primeira Guerra, assistiu-se, na Europa, a uma diminuição da população masculina com idades compreendidas entre os 23 e os 38 anos. Consequentemente, os jovens foram forçados a exercer responsabilidades que, até então, eram da competência de grupos, relativamente, mais velhos (Halbwachs 1935; Lenoir 1989). Na França, nomeadamente, a marcada redução (em cerca de um quarto) da população masculina (classes 1900 a 1915), envolvendo as categorias

de idade dos 23 a 38 anos, teve por consequência a elevação dos jovens na escala das idades (e talvez também de fazer descer, alguns degraus, na mesma escala, os mais idosos). É a sociedade, no seu conjunto, e não apenas o grupo dos jovens, que teve de formar uma tal mudança de representação, acerca das idades, dos seus atributos sociais e das suas relações com o conjunto da sociedade (Halbwachs 1935: 36).

Desta forma, este ‘jogo de manipulações’ (Bourdieu 1989: 152), com base no critério ‘idade’, implica, intrinsicamente, uma redefinição das capacidades e do poder social atribuídos aos diferentes momentos do ciclo de vida. Nesta classificação identitária, a velhice é, na verdade, desnaturalizada como realidade biológica intratável, para se tornar, simultaneamente, o meio e o fim de uma construção social.

Uma questão teoricamente importante, neste ponto, é analisar os grupos que hoje, no início do século XXI, são considerados ‘velhos’, ao nível da ‘linguagem demográfica’. É possível observar índices operatórios incoerentes, demonstrando pouco consenso acerca desta categorização. O Instituto Nacional de Estatística cita, como exemplo paradigmático da disparidade conceptual, a Organização das Nações Unidas (ONU). As pessoas denominadas como ‘velhas’, ou eufemisticamente como ‘idosas’, aparecem, em muitos textos e documentos oficiais internacionais, referenciadas como a população com 60 ou mais anos. No entanto, frequentemente, nos cálculos dos indicadores de dependência, é referida como idosa a população com 65 e mais anos (INE 1999: 5). Esta incongruência reflecte, na verdade, a diversidade das políticas públicas, acerca da idade da reforma dos seus trabalhadores, a identificação linear da reforma como o ritual de passagem para o estatuto de pessoa ‘idosa’ e o aumento contínuo do número de idosos nas sociedades ocidentais.

A tendência para o envelhecimento vem alterando, dramaticamente, o perfil demográfico da população nas sociedades industrializadas, com o marcado declínio da fecundidade, o aumento dos divórcios, a diminuição da nupcialidade e novos padrões de conjugalidade (Bandeira 1996; Gil 1999; Mañas 2000). Segundo Nazareth (1980), foi a diminuição da importância numérica dos jovens que provocou o aumento da população idosa e não o facto de se verificar um aumento da esperança de vida, uma vez que esta se repercute, essencialmente, na diminuição da mortalidade nos primeiros anos de vida e não nos últimos. Em menos de um século, as sociedades desenvolvidas passaram, na representação gráfica da população, de uma estrutura piramidal para uma estrutura cilíndrica ou mesmo para uma inversão da pirâmide.

Em Portugal, nas últimas três décadas, segundo os censos de 1981, 1991 e 2001, a população portuguesa denominada como jovem ao nível demográfico (0-14 anos) decresceu 33,9 %, verificando-se, por outro lado, um aumento de 50,5 % no conjunto das pessoas com mais de 65 anos. A população com mais de 75 anos teve um aumento de 82,3 %. Em 2001, a proporção de pessoas com mais de 65 anos (16,4%) ultrapassou, pela primeira vez, a proporção de jovens (16,0%).

### **SE QUISERMOS QUE TUDO CONTINUE COMO ESTÁ, É PRECISO MUDAR TUDO.**

O actual cenário demográfico, ou a ideia de que as sociedades estão a envelhecer, é um tema insistentemente popularizado pelos meios de comunicação, tornando os idosos os personagens de uma ‘catástrofe demográfica’ que se anuncia. Desta forma, a população idosa é colectivizada como expressão de um futuro em perigo, em termos da diminuição dos recursos humanos da sociedade e da dificuldade da economia em manter soluções sustentadas e com o possível colapso das instituições públicas da saúde e da segurança social. As pessoas idosas deixam de produzir, mas continuam a ter, num estado de cidadania, direitos de saúde e o direito à reforma.

A solução preconizada por alguns sectores políticos, acerca da resolução do ‘novo problema social’ representado pelo envelhecimento demográfico, é a mudança do sistema de financiamento da segurança social. Nomeadamente, a predominância do financiamento por capitalização sobre o financiamento por repartição, ou seja, subjacente a responsabilidade individual dos cidadãos em prever e assegurar a sua própria velhice. Outros sectores políticos apontam, em conjugação, ou não, com a mudança de sistema de financiamento da segurança social, o prolongamento da idade da reforma, uma vez que os actuais patamares de passagem à reforma dificultam a sobrevivência económica dos sistemas de segurança social baseados no princípio da repartição: ‘perante a progressão prevista para o envelhecimento demográfico mesmo que se pretenda manter uma duração média da reforma semelhante à observada na actualidade (elevando para tal a idade média da reforma, por exemplo) o desequilíbrio entre receitas e despesas de um sistema por repartição não seria completamente compensado’ (Mendes e Candeias 2000: 38-39).

Em consequência deste novo cenário socio-demográfico, a concepção de uma relação linear entre velhice e o abandono de papéis produtivos, em que a velhice era considerada ‘como o momento em que o trabalho é ilegítimo’ (Debert 1999: 45), está a ser largamente revista na linguagem política. Novas medidas são desenvolvidas, no sentido de incentivar a continuidade do indivíduo na actividade laboral, revertendo a tendência, que teve lugar no final do século XX, com as pré-reformas perto dos cinquenta anos e as reformas, em determinados sectores de actividade, com idades inferiores a 60 anos. Neste sentido, há uma resignificação do lugar e dos papéis da pessoa idosa, como podendo e devendo participar no processo produtivo da sociedade.

De igual modo, um novo discurso, baseado no conceito de envelhecimento activo<sup>2</sup>, constitui outra tentativa para quebrar o estereótipo tradicional sobre a velhice. Neste novo quadro simbólico, a ONU dedicou o ano de 1999 às pessoas idosas com o tema ‘Uma Sociedade para Todas as Idades’, um slogan consentâneo com as novas linhas de orientação política que perspectivam a revalorização da pessoa idosa, através do estímulo à sua participação e produtividade. O aumento da participação económica das camadas mais velhas é agora considerado vital para o crescimento económico e para a sustentabilidade futura dos regimes de pensões, conforme referido nos Objectivos da Estratégia de Lisboa<sup>3</sup>.

Neste sentido, políticas e programas de envelhecimento activo começam a ser desenhados para permitir que as pessoas continuem a participar na actividade económica, de acordo com as suas capacidades e preferências, e também para prevenir e retardar incapacidades e doenças crónicas que representam custos financeiros elevados para os indivíduos, as famílias e os sistemas de saúde. Por outro lado, novas terminologias e novos eufemismos conhecem uma larga difusão na linguagem civicamente correcta da vida quotidiana. O termo ‘velho’ tende a ser evitado, porque é conotado negativamente com perda de vigor físico e psicológico, substituído por expressões como

---

<sup>2</sup> O conceito de envelhecimento activo, criado pela Organização Mundial de Saúde, em 1997, reconhece, como indispensável, a ideia de que as pessoas idosas devem continuar a trabalhar, ou a exercer outras actividades socialmente produtivas, até uma idade avançada.

<sup>3</sup> O Conselho Europeu realizou uma reunião extraordinária em Março de 2000, em Lisboa. A Estratégia de Lisboa constituiu um compromisso para a União Europeia, visando reforçar o emprego, a reforma económica e a coesão social, no âmbito de uma economia baseada no conhecimento.

‘terceira idade’<sup>4</sup> ou ‘pessoas idosas’ (Debert 1999; Fernandes 1997; Lenoir 1979).

Em contraste, as pessoas que recebem pensões em duplicado, aqueles que usufruem de regimes especiais ou auferem pensões elevadas e antecipadas, sem terem descontado proporcionalmente, passaram a ser representados como quase parasitas sociais, tendo-se tornando um tema particularmente expressivo na cultura popular dos media. Assim, podemos, afirmar que as nossas sociedades que, ainda há pouco tempo, manifestavam ‘síntomas esquizóides’, no âmbito das políticas da velhice<sup>5</sup>, começam a acomodar-se a um novo paradigma que procura congregar, num mesmo processo, os problemas da inserção social e da sustentabilidade financeira e que a retórica de exortação da participação produtiva dos idosos na sociedade.

O prolongamento da vida activa surge, portanto, como panaceia para o problema do envelhecimento demográfico, influenciando a construção de novas normas de comportamento. Um dos aspectos distintivos das sociedades modernas é o desenvolvimento das novas técnicas médicas da saúde e do aumento da esperança de vida. ‘Até ao século XVIII, a esperança de vida não excedia os 30 anos. Em 1956, era de 66 anos nos países desenvolvidos (...). Actualmente é da ordem dos 74 anos nos países industrializados’ (Fontaine 1999: 20). No entanto, continua a verificar-se uma estreita relação entre dependência e idade. A análise de coortes populacionais de pessoas idosas demonstra que a percentagem de indivíduos que apresentam limitações na sua capacidade funcional – um termo que aparece, cada vez mais, na literatura, associado à abordagem da dependência – aumenta com o avançar da idade (Casasnovas et al. 2001; Mañas 2000). Estes aspectos constituem limitações reais ao novo discurso da velhice produtiva e saudável, fundamentalmente orientado para a diminuição dos gastos sociais com este grupo de população.

A nova retórica, que pretende ultrapassar os estereótipos tradicionais de incapacidade e de decrepitude associados à velhice, traz benefícios para aqueles que podem manter uma vida activa, no entanto, para aqueles que não o conseguem, nomeadamente em consequên-

---

<sup>4</sup> Para um aprofundamento, acerca da emergência do conceito ‘terceira idade’, consultar Laslett (1991) e Lenoir (1979).

<sup>5</sup> Segundo Guillemand (1986: 290), as políticas de velhice funcionam segundo eixos contraditórios ‘no quadro da política do modo de vida, ela visa uma melhor inserção social da população idosa e um prolongamento da vida normal. No quadro da política de emprego, ela produz a sua marginalização, pondo um fim abrupto ao seu estatuto de actividade’.

cia da grande variedade interpessoal das condições como cada um chega à velhice, pode criar um senso de des-responsabilização pública e da comunidade, de forma mais geral, em relação aos problemas da velhice e considerar que a cada um, individualmente, cabe a obrigação de resolver os seus próprios problemas.

Esta situação actual constitui um eloquente testemunho de que as imagens e representações acerca da velhice são construções sociais em permanente processo de mudança, directamente relacionadas com a posição acordada para as pessoas idosas na sociedade, não reflectindo, necessariamente, nem as transformações físicas, nem a idade cronológica, mas antes necessidades económicas e políticas inscritas na cadeia de mudança, impondo às pessoas idosas desafios em termos de comportamentos, atitudes e valores.

## REFERÊNCIAS

- Ariès, Philippe  
1988 *Criança e Vida Familiar no Antigo Regime*. Lisboa: Relógio de Água.
- Bandeira, Mário Leston  
1996 *Demografia e Modernidade: Família e Transição Demográfica em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
- Bourdieu, Pierre  
1980 *Questions de Sociologie*. Paris: Ed. du Minuit.
- Casasnovas, G.  
2001 *Vejez, Dependencia y Cuidados de Larga Duración*. Barcelona: Fundación la Caixa.
- Debert, Guita Grin  
1999 'A Construção e Reconstrução da Velhice: Família, Classe Social e Etnicidade'. In *Velhice e Sociedade*. Editado por Anita Liberalesco Neri e Guita Grin Debert. Campinas: Papirus.
- Fernandes, Ana Alexandra  
1997 *Velhice e Sociedade*. Oeiras: Celta Editora.

- Fontaine, Roger  
2000 *Psicologia do Envelhecimento*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Gil, Ana Paula Martins  
1999 'Redes de Solidariedade Intergeracionais na Velhice'. *Cadernos de Política Social* 1. pp.91-114.
- Guillemard, A. M.  
1986 *Le Déclin du Social : Formation et Crise des Politiques de la Vieillesse*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Halbwachs, Maurice  
1935 'La Nuptialité en France Depuis la Guerre' *Annales Sociologiques*. Online em [http://classiques.uqac.ca/classiques/Halbwachs\\_maurice/classes\\_morphologie/partie\\_3/texte\\_3\\_4/nuptialite\\_france.doc](http://classiques.uqac.ca/classiques/Halbwachs_maurice/classes_morphologie/partie_3/texte_3_4/nuptialite_france.doc)
- Conselho Europeu de Lisboa  
2000 Online em [http://ue.eu.int/ueDocs/cms\\_Data/docs/pressData/pt/ec/00100-r1.p0.htm](http://ue.eu.int/ueDocs/cms_Data/docs/pressData/pt/ec/00100-r1.p0.htm)
- Lampedusa, Giuseppe Tomasi di  
1995 *O Leopardo*. Lisboa: Editorial Presença.
- Laslett, P.  
1991 *A Fresh Map of Life: The Emergence of the Third Age*. Cambridge: Harvard University Press.
- Lenoir, Rémi  
1998 'Objecto Social e Problema Social'. In *Iniciação à Prática Sociológica*. Editado por Patrick Champagne; Remi Lenoir, Dominique Merllié e Louis Pinto. Petrópolis : Vozes. pp. 59-106.
- Lenoir, Rémi  
1979 'L'Invention du Troisième âge: Constitution du Champ des Agents de Gestion de la Vieillesse'. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales* 26/27. pp.57-82.
- Mendes, Maria; Candeias, Amável  
2000 'Prospectiva Demográfica: Os Próximos 20 Anos'. In *A Reforma da Segurança Social*. Editado por Pedro Te-lhado Pereira. Lisboa: Celta. pp.17-57.



- Nazareth, J. Manuel  
1980 *Portugal, os Próximos 20 anos: Unidade e Diversidade da Demografia Portuguesa no Final do Século XX*. Lisboa: Fundação Gulbenkian.
- Quivy, R. e Campenhoudt  
1988 *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Mañas, L. Rodríguez  
2000 'Envejecimiento y Enfermedad: Manifestaciones y Consecuencias'. In *Gerontología Social*. Editado por Rócio Fernández-Ballesteros. Madrid: Pirámide.

**O Conceito de Velhice em Transformação****The Concept of Old Age in Transformation*****Sumário******Summary***

A velhice é um dos temas mais relevantes na transformação da sociedade de hoje. No entanto, o próprio conceito de velhice se transforma, conforme se transforma a sociedade. Em contraposição com as representações distópicas sobre a velhice como, simultaneamente, um declínio pessoal e um 'problema social', novas retóricas e novos eufemismos desenvolvem uma visão utópica, por assim dizer, da velhice, no quadro das políticas de alargamento do tempo da vida produtiva, como resposta ao próprio envelhecimento demográfico.

Old age is one of the most relevant questions in the transformation of today's society. Nevertheless, the concept of old age changes, as society changes. In contrast with the dystopic representations of old age as both a personal decline and a 'social problem', a new rhetorics and new euphemisms advocate today an utopian view, so to speak, of old age, in the framework of public policies for the extension of productive life, as a response to the demographic aging.